

EDITORIAL

Este Conselho acredita que é possível “militar socialmente” e fazer ciência, ao mesmo tempo, sem prejuízo de ambas. É claro que as duas formas têm suas especificidades em termos de produção do conhecimento e de ação. Nesse sentido, aceitando as desejabilidades do engajamento social e científico, a Revasf assume esta edição pela via da indignação, no que diz respeito aos atuais acontecimentos políticos que acometem o país, sobretudo os que impactam o campo da educação.

A Medida Provisória 746/2016, que foi encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional se caracteriza como verdadeira contrarreforma do Ensino Médio, desencadeando e aprofundando a deterioração da educação pública no Brasil. Dentre as propostas há intenção de esgarçar disciplinas que visam à formação do estudante crítico, além de ovacionar o modelo tecnicista (estamos vivendo a era do neotecnicismo que é completamente articulado com um modelo neoliberal de produção). Essa MP ainda traz todo o visco da desvalorização dos cursos de licenciatura, permitindo pessoas sem formação específica ministrarem aulas.

A chamada contrarreforma do Ensino Médio vai ao encontro de outras posições conservadoras, como a Lei da Mordça (também conhecida como Escola Sem Partido) e entrega do setor público à iniciativa privada. Nessa MP, não se toca em uma das questões principais, que é o sub-financiamento da educação. Ao contrário, parece esconder essa questão à medida que propõe o aumento da carga horária de aula, mas não diz como haverá o incremento de recursos para dar conta desse legítimo incremento. Paralelo a MP 746/2016, há a PEC 241 (atual PEC 55), que limita os gastos públicos durante 20 anos (nesse bojo entram a educação e a saúde). Porém, essa PEC, também chamada de “PEC da morte”, não restringe o pagamento dos juros da dívida pública e nem propõe auditoria da mesma (que consome cerca de 50% dos recursos nacionais), o que poderia, certamente, ajudar no controle dos gastos sem onerar apenas as parcelas mais vulneráveis.

Não precisa ter bola de cristal ou ser de “esquerda” para avaliar as consequências de tais políticas para o povo brasileiro, sobretudo para os mais pobres. Para saber das

consequências, basta ter bom senso nas avaliações. Se a situação dos serviços públicos já não é boa, imagine com o congelamento dos investimentos durante 20 anos! Não está sendo levado em consideração que a população brasileira continua crescendo, que está envelhecendo e que as demandas sociais ainda estão fortemente em defasagem. Assim, repor os investimentos apenas computando a inflação do ano anterior (como propõe a “PEC da Morte”), é condenar milhares de brasileiros/as a exclusão e, em última instância, a morte. Mais uma vez, veremos os mais fracos pagarem o alto preço, enquanto políticos regozijam em seus privilégios e alguns setores da sociedade inflam em suas riquezas, como carrapatos ávidos para crescer sua pança.

Ir à luta neste momento significa tentar barrar esses descabros, representa uma postura de indignação diante de tanta injustiça e demonstra o compromisso genuíno com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade !

Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Editor Chefe da REVASF